



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA
*Criado pela Lei Municipal nº: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei nº 1.929
de 28 de abril de 2023*

**ETAPA II – PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO
TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CATOLÉ DO ROCHA – PB**

Nº DA INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE QUESTÕES

1º) Em relação as infrações administrativas contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069 é correto afirmar que:

I – () Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena - multa de três a vinte e cinco salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

II – () Impedir o responsável ou funcionário de entidade de atendimento o exercício dos direitos constantes nos incisos II, III, VII, VIII e XI do art. 124 desta Lei:

Pena - multa de três a trinta salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

III – () Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

IV – () Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar: [\(Expressão substituída pela Lei nº 12.010, de 2009\) Vigência](#)

Pena - multa de tres a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

*Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929
de 28 de abril de 2023*

Julgue as assertivas a seguir:

a) V; V;F;V;

b) F;V;F;F;

c) F;V;V;F

d) F;F;V;V

2º) Sobre os requisitos contidos no ECA preconizados para a adoção, assinale a alternativa que consta os obrigatórios:

a) Qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; certidão negativa de distribuição cível.

b) Qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão negativa de distribuição cível.

c) Qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; certidão negativa de distribuição cível.

d) Qualificação completa; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento, ou declaração relativa ao período de união estável; cópias da cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais; certidão negativa de distribuição cível.

3º) Da colocação da criança e/ou adolescente em família substitua, assinale a alternativa que está de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente:



Estado da Paraíba

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

*Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929
de 28 de abril de 2023*

a) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste; indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo; qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos; declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

b) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste; indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo; qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos; indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão; declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

c) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste; qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos; indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão; declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

d) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste; indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo; indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão; declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

4º) A respeito do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, julgue as alternativas a seguir de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente:



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

Criado pela Lei Municipal nº: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei nº 1.929 de 28 de abril de 2023

I - O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público;

II - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial;

III – A posse dos conselheiros se dará no dia 01 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha;

IV - No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com ressalvas a brindes de pequeno valor.

a) F; V; F; V

b) F; F; V; V

c) V; V; F; F

d) V; V; F; V

5) São atribuições do Conselho Tutelar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, exceto:

a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, bem como acompanhar os pais e a crianças em hospitais, delegacias e Ministério Público.



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929 de 28 de abril de 2023

b) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional; expedir notificações; requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

c) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;

d) promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

6) Para exercer o cargo de conselheiro tutelar, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, é necessário, exceto:

- a) Idade superior a 21 anos
- b) Ter idoneidade moral reconhecida
- c) Residir no Município
- d) Dispor de sanidade mental

7) Entre os direitos assegurados ao cargo de conselheiros tutelares estão os abaixo arrolados. Sendo assim, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira:

1 Cobertura Previdenciária



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

*Criado pela Lei Municipal nº: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei nº 1.929
de 28 de abril de 2023*

2 Gozo de férias anuais e 1/3 de férias

3 Gratificação Natalina

4 Lisença Maternidade e Paternidade

() Direito que faz juz a 1/12 (um doze avos) da remuneração que o conselheiro faz juz no mês de dezembro.

() Direito que agrega a trabalhadores segurados por regime de previdência social.

() Direito concedido ao trabalhador de maneira remunerada em decorrência do nascimento de um filho ou adoção.

() Direito concedido ao trabalhador após 12 meses subseqüentes a data de admissão; Valor pago ao trabalhador de 1/3 do salário no período de férias ou a depender da legislação Municipal

a) 3;1;2;4

b) 2; 1;4;3

c) 2; 4; 1; 3

d) 3; 1; 4; 2

8) São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, de acordo com o ECA:

a) Advertência; perda da guarda; destituição da tutela

b) Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos

c) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929 de 28 de abril de 2023

freqüência e aproveitamento escolar; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado

d) Destituição da tutela; Suspensão ou destituição do poder familiar como consequência da falta ou ausência de recursos materiais.

9) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados, assinale a alternativa correta em relação as medidas contidas no Art.98 do ECA.

a) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta;

b) Em razão de sua conduta; omissão ou abuso dos pais; por ação ou omissão da sociedade ou do Estado

c) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso das crianças e adolescentes; em razão de sua conduta;

d) por ação ou omissão dos pais ou responsáveis; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta

10) Nas medidas específicas de Proteção levar-se-ao em conta as necessidades pedagógicas, com preferencias ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assina a alternativa correta quanto aos princípios que regem a aplicação de tais medidas.

a) Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos: crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos nesta e em outras Leis, bem como na Constituição Federal.

b) Privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela não intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida revelada aos responsáveis.

c) responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que a família extensa assuma os seus deveres para com a criança e ao adolescente.

d) obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável não devem ser informados dos seus direitos por motivos de sigilo.



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

*Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929
de 28 de abril de 2023*

11) São modelos de instituição de acolhimento familiar, exceto:

- a) Serviço de Família Acolhedora
- b) Casa Lar
- c) Instituição de Longa Permanência
- d) Abrigo

12) Em relação a guarda, é correto afirmar que:

- a) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, inclusive no de adoção por estrangeiros
- b) O poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar
- c) Não é de competência do poder público fomentar, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar
- d) A União apoiará a implementação de serviços de acolhimento institucional como política pública, os quais deverão dispor de equipe que organize o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas que não estejam no cadastro de adoção

13) A criança e o adolescente têm prioridade absoluta em virtude de se encontrar em pleno desenvolvimento. Em relação a garantia de prioridade compreende, exceto:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública
- c) Não ser prioridade na formulação e na execução das políticas sociais públicas
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.



Estado da Paraíba

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO ROCHA – CMDCA

Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929 de 28 de abril de 2023

14) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Assinale a alternativa correta em relação ao direito a vida e a saúde de acordo com o ECA.

a) É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher com exceção do planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

b) O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária e secundária.

c) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

d) A gestante e a parturiente em algumas ocasiões, no caso de gravidez de risco, terão direito a acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

15) (Instituto unafil Órgão) Assinale a alternativa incorreta.

Art. 16 do ECA, mostra que “O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos”:

a) trabalhar em período integral ou meio período.

b) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.

c) participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

d) brincar, praticar esportes e divertir-se.

16) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente têm direito à educação, visando à(ao):

I. Pleno desenvolvimento de sua pessoa.

II. Desenvolvimento para vida empreendedora e política.

III. Educação financeira.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929 de 28 de abril de 2023

b) Apenas I e II.

c) Apenas III.

d) Apenas I, II e III.

17) Segundo o Art. 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Estes direitos estão reunidos em três dimensões, que são

a) Individuais, civis e políticos; sociais, econômicos e culturais; difusos e coletivos.

b) Individuais e políticos; econômicos e sociais; difusos e coletivos.

c) Civis e sociais: econômicos e culturais; difusos e coletivos.

d) Civis e políticos; sociais e culturais; difusos e coletivos.

18) A escola na qual Henrique trabalha, como inspetor de aluno, tem orgulho em dizer que está em conformidade com o que dispõe o art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal no 8.069/1990), isto é, a escola garante o direito à educação às crianças e aos adolescentes, preparando-os para o exercício da cidadania e qualificando-os para o trabalho, sempre visando

a) a ascensão cultural da pessoa.

b) a ascensão econômica da pessoa.

c) o pleno desenvolvimento da pessoa.

d) o desenvolvimento técnico da pessoa.

19) A criança e o adolescente têm direitos de serem criados educados e cuidados sem uso do castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. De acordo com o ECA são maneiras de castigos físicos e tratamento cruel ou degradante:

a) sofrimento físico; humilhação, ameaça grave e ridicularizante;

b) Lesão e sofrimento físico; ameaça e atitude ridicularizante

c) Lesão, sofrimento físico; humilhação, ameaça grave e ridicularizante

d) Sofrimento físico, lesão; humilhação



Estado da Paraíba
CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA

*Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929
de 28 de abril de 2023*

20) No ECA traz dois tipos de composição familiar, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira:

(1) Família Natural

(2) Família substituta

(3) Guarda

() A criança ou adolescente ficará sobre guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente

() Família formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes

() obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

a) 2; 3;1

b) 2; 1; 3

c) 3; 1; 3

d) 2; 1 ; 3



Estado da Paraíba

**CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CATOLÉ DO
ROCHA – CMDCA**

*Criado pela Lei Municipal n°: 1.789 de 07 de julho de 2021 Alterada pela Lei n° 1.929
de 28 de abril de 2023*